

Proposto o fim das subvenções

O relator da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) do Orçamento, deputado Roberto Magalhães (PFL/PE), vai sugerir o fim das subvenções sociais em seu relatório final. Caso não consiga êxito, pretende apresentar projeto de lei dando exclusividade aos estabelecimentos de ensino público e gratuito às subvenções sociais. "Não é possível que escolas que cobram mensalidades continuem redebendo subvenções milionárias", disse o relator.

A decisão de Roberto Magalhães foi tomada logo após o fim do depoimento do suplente de deputado Feres Náder (PTB/RJ), proprietário da Sociedade Barramansense de Ensino Universitário (Sobeu), que obteve, de 1989 até 1992, sete milhões de dólares de verbas federais do Ministério da Ação Social, além de outros dois milhões de dólares do Ministério da Educação. Mesmo com a subvenção, as escolas de Feres Náder cobram o dobro de faculdades particulares de Sergi-

pe, segundo o senador Francisco Rollemberg (PFL/SE).

Magalhães disse que o esquema de corrupção revela que é preciso acabar com as subvenções orçamentárias e que, no futuro, quem quiser realizar qualquer tipo de ação social deve recorrer ao INSS e à LBA. "As sete faculdades de Barra Mansa receberam, em quatro anos e meio, sete milhões de dólares e ainda cobram anuidade", disse, ao criticar a "irresponsabilidade do Governo Federal ao permitir que isso ocorra".

O relator chegou a comparar a contradição de se destinar recursos públicos a escolas privadas, quando o Governo não tem dinheiro para que o Inamps pague o atendimento feito nos hospitais conveniados. O relator está convencido de que as faculdades de Barra Mansa não teriam recebido estes recursos sem que existisse o esquema de corrupção no orçamento.